



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

A Comissão de:
Finanças, Orçamento e
Tomada de Contas
Sala das Sessões 16/04/2001
[Assinatura]
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N.º 012 /2001.

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas, e determina outras providências. – “Bolsa-Escola”

A Câmara Municipal de Guanhanes, Estado de Minas Gerais, aprova, e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito deste município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

§ 1º - São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias com renda familiar *per capita* até noventa reais mensais, que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre seis e quinze anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental regular, com frequência escolar igual ou superior a oitenta e cinco por cento, comprovação de residência no município de, no mínimo, 02 (dois) anos.

§ 2º Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

I - família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco até o 3º grau, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II – para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e

III – para determinação da renda familiar *per capita*, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros da família dividida pelo número de seus membros.

§ 3º O Poder Executivo poderá reajustar o limite de renda *per capita* fixado no § 1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original

Art. 2º O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio-educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§ 1º - O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingimento dos objetivos do Programa.

§ 2º - As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo municipal autorizado a formalizar a adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa-Escola”, instituído pelo Governo Federal.





Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

§ 1º - Fica o Poder Executivo municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido Programa.

§ 2º - Compete à Secretaria Municipal de Assistência Social desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação – “Bolsa-Escola”.

Art. 4º - Fica instituído o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima com as seguintes competências:

- I – acompanhar e avaliar execução das ações definidas na forma do § 1º do art. 2º;
- II – aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo municipal como beneficiárias do programa;
- III – aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;
- IV – estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;
- V – desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional de Renda Mínima – “Bolsa-Escola”;
- VI – elaborar, aprovar e modificar o seu regimento interno; e
- VII – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§ 1º - O Conselho instituído nos termos deste artigo terá 13 membros, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, por indicação das seguintes entidades:

- I - 1 representantes da Secretaria De Ação Social;
- II - 1 representantes da Secretaria De Educação;
- III - 1 representantes da secretaria de saúde;
- IV - 1 representantes da secretaria de obras;
- V - 1 representante da secretaria de fazenda;
- VI - 1 representante da secretaria de governo;
- VII - 2 representantes dos colegiados escolares;
- VIII - 1 representante do poder legislativo;
- IX - 1 representante do CMDCA ou CMAS;
- X - 1 representante da sociedade civil, dos clubes de serviços;
- XI - 1 representante da comunidade, associações etc.;
- XII - 1 representante das famílias beneficiadas pelo PROGRAMA-BOLSA ESCOLA.

§ 2º - Será indicado 01 (um) suplente para cada conselheiro titular.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guanhanes, 16 de abril de 2.001.

José Luiz de Araújo
Prefeito Municipal



Aprovado em 19 e 99 discussão
Sala das sessões 07/05/2001

[Assinatura]
PRESIDENTE



A SANÇÃO

Sala das sessões 08/05/2001

[Assinatura]
PRESIDENTE

Parecer da comissão de Finanças, orçamento e
Tomada de contas ao projeto de Lei de nº 012/2001

Após analisarmos o Projeto de Lei acima citado, somos FAVORÁVEIS
a sua Aprovação ^{em Emenda} e nesta data o devolvemos a
MESA DIRETORA para as considerações finais.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Guanhães,
aos 16 de abril de 2001

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO

[Assinatura]
MEMBRO EFETIVO



Prefeitura Municipal de Guanhanes

MINAS GERAIS

J U S T I F I C A T I V A


Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Como o Governo está extinguindo o Programa de Renda Mínima, substituindo-o pelo projeto Bolsa Escola, cuja implantação nos municípios depende de adequação, estamos encaminhando Projeto de Lei com esse objetivo, para implantação neste município.

Trata-se, como se depreende, de um Programa de largo alcance social e, portanto, de importância ímpar para as famílias de baixa renda que integram nossa sociedade.

Solicitamos, pelo exposto, **urgência urgentíssima**, na tramitação em epígrafe, para que possamos iniciar o cadastramento das famílias susceptíveis do benefício a ser custeado pelo Governo Federal.

Guanhanes, 16 de abril de 2.001.



José Luiz de Araújo
Prefeito Municipal